

**POLÍTICA DO SILÊNCIO NO SINDICATO DOS TRABALHADORES E
TRABALHADORAS RURAIS DE BRAGANÇA, PARÁ**


POLICY OF SILENCE OF THE RURAL WORKERS UNION IN BRAGANÇA, PARÁ

Recebido em: 17/05/2023

Aceito em: 17/07/2023

Fernanda Campos de Araújo¹ 

Norma Cristina Vieira² 

Nádia Sueli Araújo da Rocha³ 

Resumo: Este artigo tem como objetivo visibilizar o movimento histórico social do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Bragança. A pesquisa tem caráter qualitativo e a coleta de dados foi realizada por meio de observações diretas, entrevistas, levantamentos de documentos e registros fotográficos disponibilizados pelos membros do STTR de Bragança, Estado do Pará, Amazônia oriental. As memórias narrativas dos agricultores e das agricultoras familiares de comunidades tradicionais de Bragança foram ponto de partida para construção da pesquisa. Para efeito de análise utilizamos a Análise de Discurso para evidenciar o que está além dos conteúdos presentes nas falas dos interlocutores. Observou-se que a hierarquização das classes sociais são essencialmente consequências do sistema de produção capitalista, e nos sindicatos é um dos lugares na qual as lutas de classes se materializam. O movimento sindical rural de Bragança, apesar da violenta política de silenciamento, assume uma postura constante de ser resistência e encontra na ação organizada, uma alternativa para juntos lutarem pela garantia de seus direitos, adotando estratégias e ações que possibilitam acessarem lugares de poder.

Palavras-chave: Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Bragança; Silenciamento; Ideologias; Resistências.

Abstract: This paper aims to make visible the historical social movement of the Rural Workers Union (*Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais - STTR*) of Bragança, Pará, Brazil. The research is qualitative and the data was collected through direct observations, interviews, document surveys, and photographic records made available by *STTR* members from Bragança. The narrative memories of family farmers from traditional communities in Bragança were the starting point for the construction of this research. For analysis purposes, we used Discourse Analysis to highlight what is beyond the contents present in the speeches of interlocutors. It was observed that the hierarchization of social classes is essentially a consequence of the capitalist production system, and the *STTR* are one of the places where class struggles materialize. The rural union movement in Bragança, despite the violent policy of silencing, assumes a constant posture of resistance and finds in organized action an alternative to fighting together to guarantee their rights, adopting strategies and activities that make it possible to access places of power.

Keyword: Rural workers union of Bragança; Silencing; Ideologies; Resistance.

¹ Aluna do Programa de Pós-graduação em Linguagens e Saberes na Amazônia da Universidade Federal do Pará, Campus Bragança. E-mail: fernandacamposa@hotmail.com

² Doutora em Biologia Ambiental, PHD em linguística, Professora no Programa de Pós-graduação em Linguagens e Saberes na Amazônia da Universidade Federal do Pará. E-mail: normacosta@ufpa.br

³ Doutora em Educação em Ciências e Matemática da Universidade Federal do Pará, Campus Bragança. E-mail: nrocha@ufpa.br

INTRODUÇÃO

As mobilizações da classe trabalhadora no Brasil iniciaram no século XX, a partir da revolução de 1930, quando Getúlio Vargas assumiu o poder do Estado Nação e adotou uma política industrializante (REIS; BOER, 2018). O processo de industrialização e modernização nesse período foi um marco, estendeu-se aos mais diversos setores, atingindo a atividade agrícola a partir dos anos 1950 (ALVEZ; CONTINI; HAINZELIN, 2005).

O novo modelo de desenvolvimento e modernização foi sucedido pela revolução verde, deixando traços ainda mais fortes da pressão tecnológica e econômica no setor agropecuário. Esses movimentos visavam a substituição da diversidade pela homogeneidade das monoculturas, o que, por sua vez, ocasionou diversos impactos, diretos e indiretos nesse setor, entre eles a intensificação da concentração e a especulação fundiária, o êxodo rural, e o mais problemático, a marginalização da pluralidade de sistemas e formas de agricultura familiar (SANTILLI, 2009; SHIVA, 2003). Nesse período, os agricultores familiares não eram reconhecidos como uma categoria de trabalho e, portanto, não eram tidos como sujeitos de direitos.

A atividade agrícola no Brasil era desenvolvida majoritariamente de maneira manual, com o advento do discurso de desenvolvimento a agricultura passou a ser realizada com novos maquinários e impulsionada pelo uso de insumos modernos, restando apenas a colheita como um trabalho efetivamente a ser desenvolvido, com a mão de obra dos agricultores (WANDERLEY, 2014). Esse movimento em busca do “progresso” ocasionou um violento processo de expulsão do agricultor das áreas agrícolas, ele perde os pressupostos mínimos da condição camponesa, não possuía mais terras para produzir para sua existência.

Frente a tais acontecimentos, ocorreram poderosas mobilizações dos trabalhadores do campo, protagonizado pelo movimento das Ligas Camponesas do Nordeste, que culminariam na promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural, lei n. 4.214, de 02 de março de 1963, revogada 10 anos depois pela Lei n° 5.889, de 8 de junho de 1973, que estatui normas reguladoras do trabalho rural, sendo este, o primeiro texto legal que reconheceu os trabalhadores como sujeitos de direitos trabalhistas, passíveis de serem reclamados em justiça (COLETTI, 2019; WANDERLEY, 2014).

A segregação da categoria dos agricultores familiares foi tão expressiva que foram impedidos por muito tempo do direito de constituírem seus sindicatos de representação de

classe. Posteriormente às mobilizações dos trabalhadores e trabalhadoras do campo, o Estado percebe esse movimento organizado como ameaça. Deu-se início ao fenômeno de aparelhamento das unidades sindicais que surgiam.

Durante a década de 1970 houve uma explosão de implantações de unidades sindicais rurais, que de modo geral, representavam um crescimento meramente burocrático e completamente desvinculado das lutas dos trabalhadores (COLETTI, 2019), era mais uma maneira de controlar as lutas da classe trabalhadora. Althusser (1996) e Pêcheux (1996), explicam que os sindicatos enquanto Aparelhos Ideológicos do Estado (AIE) funcionam como instituições na qual se materializa a dominação ideológica das elites sobre o trabalhador.

Esse processo de aparelhamento ideológico dos sindicatos foi uma forma de censurar os trabalhadores, no sentido de silenciá-los, consistiu na interdição dos discursos que se articulavam na luta desenvolvida pela população rural (ORLANDI, 2007). Portanto, aqui trataremos da criação do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR) de Bragança, Estado do Pará, Amazônia oriental, fundado em 22 de julho de 1972, sendo assim, um eco dos movimentos dos agricultores e agricultoras que aconteciam em toda extensão do Brasil.

A investigação apresentada aqui tem como objetivo visibilizar o movimento histórico social do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Bragança, construindo um debate a partir de diferentes epistemes, oriundas do desenvolvimento dessa organização no interior do território Amazônico, abordando as relações sociais desenvolvidas nesse espaço e os processos de transformação ao longo dos anos.

Essa pesquisa reconhece a existência de diversas epistemologias e com isso elabora uma contranarrativa, a partir de uma visão crítica à perspectiva hegemônica (BERNADINO-COSTA, 2015). Ribeiro (2017), fala sobre a necessidade de nomear – no sentido de escrever, pesquisar, falar sobre trazer à tona – a realidade vivida pelos agricultores e agricultoras familiares, pois sem isso, se quer serão pensadas melhorias para uma realidade que segue invisível. Nessa perspectiva, Adichie (2009) diz que quando percebemos que não existe uma história única sobre lugar nenhum, reavemos uma espécie de paraíso.

Estudar o silenciamento dessas populações, significa dizer que há um processo de produção de sentidos silenciados, os quais nos possibilitam entender uma dimensão do não-dito, absolutamente distinta da que se tem estudado pelo “conteudismo”, ou seja, do hábito de

considerar o conteúdo das palavras, e não o funcionamento do discurso na produção de sentidos (ORLANDI, 2007). Discurso é entendido aqui como o lugar de contato entre a língua e a ideologia (ORLANDI, 2007, PÊCHEUX, 2016). Essa é uma forma de materialização ideológica, por meio do qual o sujeito seria um depósito de ideologia, sem vontade própria, e a língua é um processo que perpassa as diversas esferas da sociedade (PECHEUX, 1996; MELO, 2009).

A Análise de Discurso (AD) consiste na ideia de que a linguagem seria a materialidade da ideologia e que nela podemos identificar traços ideológicos do sujeito (ORLANDI, 2007; MELO, 2009; ALTHUSSER, 1996, PÊCHEUX, 1996).

Por meio da AD podemos transcender e evidenciar o que está além dos conteúdos presentes nas falas dos interlocutores. Assim, busca-se fazer uma reflexão continuada sobre a realidade cultural e política da Amazônia, sendo influenciados decisivamente pelo pensamento filosófico e político desenvolvido no nosso continente (COLAÇO; DAMÁZIO, 2012), a partir dos processos ideológicos que constituem os sujeitos.

PERCURSO METODOLÓGICO

Para alcançar o objetivo da pesquisa social e qualitativa foram utilizadas para coleta de dados: observação direta, conversas informais e entrevistas com roteiros semiestruturados, além de um levantamento de documentos e registros fotográficos disponibilizados pelos membros do STTR de Bragança. Todo material foi analisado a partir da Análise de Discurso (AD) da escola francesa.

Destaca-se que o roteiro de entrevista foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética da Universidade Federal do Pará (UFPA) e segue todas as normas e regulamentos do mesmo. As entrevistas foram realizadas na sede do sindicato, localizada na zona urbana do município de Bragança. As entrevistas realizadas com 7 (sete) agricultores e 4 (quatro) agricultoras familiares membros do STTR de Bragança (dirigentes sindicais, ex dirigente e sócios e sócias), foram gravadas com auxílio do smartphone. A técnica para definir a amostragem foi a de *snowball*. A amostragem em *snowball* ou bola de neve pode ser definida como um tipo de amostragem não probabilística, em que se utilizam cadeias de referência (VINUTO, 2014, p. 203).

Partindo do processo de silenciamento e exclusão impostos aos trabalhadores e trabalhadoras rurais de Bragança, a pesquisa foi construída principalmente a partir das narrativas discursivas dos agricultores e das agricultoras familiares de comunidades tradicionais de Bragança, organizados através do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR) do município.

Ao trazer as narrativas dos agricultores e agricultoras familiares para o centro da pesquisa busca-se pensar e falar teoricamente a partir deles/delas e com eles/elas (BERNADINO-COSTA, 2015), a fim de empoderar, humanizar, e reparar a dignidade dessa população (ADICHIE, 2009). Portanto, destaca-se que aqui todo texto produzido é um texto autoral e a coautoria é com os sujeitos subalternizados - agricultores e agricultoras familiares da Amazônia.

O PROCESSO DE APARELHAMENTO DOS SINDICATOS

De acordo com Friedberg (1993) as organizações constituem a forma mais visível e mais fácil de estudar empiricamente a classe geral das estruturas de ação coletiva geradoras de ordem, são “sistemas de ação concretas”. A ação coletiva pode ser entendida como “todas as ocasiões em que grupos de pessoas mobilizam recursos, incluindo seus próprios esforços, para alcançar objetivos comuns”, apesar de serem de interesse comum, a movimentação coletiva é essencialmente motivada pelo interesse individual (OLSON, 2015; FRIEDBERG, 1993). bell hooks⁴ (2021, p. 277) no seu artigo *O amor como ato de liberdade*, chama a atenção ao expressar que “muitas/os de nós estamos motivadas/os a mover-se contra a dominação unicamente quando sentimos nossos interesses próprios diretamente ameaçados. Ou seja, mesmo que os membros de um grande grupo almejem racionalmente uma maximização do seu bem-estar pessoal, eles *não* agirão para atingir seus objetivos comuns ou grupais a menos que haja alguma coerção para forçá-los a tanto (OLSON, 2015, p. 14).

Os sindicatos são uma organização pautada na representação de uma categoria, suas atividades são desenvolvidas no interior da luta de classes. Classe, aqui usada para referir-se à ideia de parte específica de um conjunto maior, de grupo ou de categoria. Mattos (2007, p. 34)

⁴ A prática de escrever bell hooks em letras minúsculas surge a partir de uma postura da própria autora que criou esse nome em homenagem à sua avó e por meio disso busca romper com as convenções linguísticas e acadêmicas, dando enfoque às suas obras e não à sua pessoa (FURQUIM, 2019). Honrando o seu desejo nessa pesquisa seu nome será grafado minúsculo.

explica que “os próprios trabalhadores empregam o termo por sinônimo de profissão ou ofício: classe dos tipógrafos; classe dos metalúrgicos; classe dos mineiros”.

A luta de classes seria, portanto, o movimento que orienta a criação de sindicatos, e está essencialmente vinculada às relações de trabalho frente ao modelo de desenvolvimento capitalista, que gera relações desiguais e competitivas. Guimarães (2016) explica que para Marx o mundo burguês seria um mundo de classes sociais, de associações políticas e econômicas baseado tanto em interesses individuais quanto coletivos, definidos a partir de diferentes formas de inserção na esfera da produção material da vida social. A questão da luta de classes se configura a partir de extremos, de um lado a classe dominante (empresários, capitalistas/ donos do capital) e de um outro lado a classe explorada (proletariado).

A hierarquização das classes sociais são essencialmente consequências do sistema de produção capitalista, e os sindicatos, são organizações diretamente envolvidas nas lutas de classes. Para Althusser (1996) e Pêcheux (1996), os sindicatos são mais uma das instituições na qual se materializa a dominação ideológica das elites sobre o trabalhador, é mais um espaço onde a luta de classes acontece.

Ao ocupar esses locais a classe trabalhadora encontra formas de resistir às imposições das ideologias dominantes, sendo a resistência o combustível que mantém a luta de classes viva, apesar do intenso trabalho de aparelhamento dos sindicatos.

Shiva (2003), em seu livro “Monoculturas da mente”, explica que esse processo de dominação por meio da ideologia, gera modelos de produção que destroem a diversidade e legitimam a destruição como um passo para se alcançar o progresso e com isso promovem um apagamento da pluralidade de formas de existência. Segundo ela “a monocultura da mente seria apenas a versão globalizada de uma tradição local extremamente provinciana. Nascidos de uma cultura dominadora e colonizadora, os sistemas modernos de saber são eles próprios colonizadores” (SHIVA, 2003, p. 21). Assim a classe burguesa, também conhecida por elite, exerce o poder que detém por meio do Estado, incorporada pela tradição local globalizadora como inerentemente universal e através da dominação ideológica é perpetuada como superior aos sistemas locais de saber-fazer.

No Brasil, o Estado aliado a burguesia atua de diferentes maneiras para assegurar a dominação do proletariado. No período do Governo Provisório, na década de 1930 foi marcado pela criação de Instituições e legislações do trabalho, com a fundação do Ministério

do Trabalho, Indústria e Comércio que posteriormente expediu a primeira Lei de Sindicalização, tinha por objetivo obrigar os sindicatos a se registrarem e impor a partir disso uma série de limitações à sua organização e atuação como contrapartida desse reconhecimento oficial (BOITO JR., 1992). Com o posterior golpe militar em 1943, o Estado que já exercia o poder em moldes ditatoriais, editou a Consolidação das Leis do Trabalho, tornou ainda mais a organização da estrutura sindical corporativa e aparelhada (BOITO JR., 1992; ALTHUSSER, 1996).

O Estado concebido como um aparelho repressor utiliza o poder estatal para assegurar às classes dominantes a sua dominação sobre a classe operária, no intuito de submeter ao processo de extorsão da mais-valia, ou seja, à exploração capitalista (ALTHUSSER, 1996).

Aparelho de Estado (AE) compreende: o Governo, a Administração, o Exército, a Polícia, os Tribunais, as Prisões etc., que constituem aquilo a que chamaremos a partir de agora o Aparelho Repressivo de Estado. Repressivo indica que o Aparelho de Estado em questão «funciona pela violência», -pelo menos no limite (porque a repressão, por exemplo administrativa, pode revestir formas não físicas) (ALTHUSSER, 1996, p. 114).

Os Aparelhos Ideológicos do Estado (AIE) e os Aparelhos Repressores do Estado (ARE) são mecanismos ainda vigentes da interdição de sujeitos considerados subalternos, tem sua origem na colonialidade do poder. Essa expressão “colonialidade do poder” designa um processo fundamental de estruturação do sistema-mundo moderno/colonial, na qual um dos principais traços teria sido a articulação da conhecida divisão internacional do trabalho à hierarquia étnico-racial, tantos nos lugares periféricos, quanto nos centros do mundo, tornando-a, assim, global (BOTTON, 2021).

O Estado encontrou uma oportunidade de atender parcialmente as demandas do campo, mediante as mazelas e fragilidades enfrentadas pelos agricultores familiares que começavam a se organizar. Nesse contexto instituíram o Programa de Assistência ao Trabalhador Rural (PRORURAL) e o Fundo de Assistência e Previdência do Trabalhador Rural (FUNRURAL). Ambos os programas tinham como finalidade fornecer alguns benefícios previdenciários aos trabalhadores rurais, como, por exemplo, aposentadoria por velhice e por invalidez, auxílio-doença, assistência médica e odontológica, pensão por morte, auxílio-funeral. Por outras palavras, benefícios assistenciais, que até então não eram

garantidos para o recém reconhecido agricultor familiar. Esses programas assistencialistas considerava o sindicato como um lugar político de subalternidade para o trabalhador da agricultura familiar.

Na região nordeste do estado do Pará, as lutas e organizações no meio rural iniciaram antes do surgimento do atual Sindicato dos Trabalhadores e das Trabalhadoras Rurais. O desenvolvimento da região era intrinsicamente ligado à agricultura familiar, pelo processo de colonização desenvolvido através da implementação da estrada de ferro Belém/Bragança. Por influência dos movimentos sociais urbanos, especialmente dos ferroviários e estivadores, facilitaram a circulação das mensagens políticas relacionadas às lutas de classe, especialmente para o município de Bragança (GUERRA, 2009).

A Região Bragantina ou, de maneira mais abrangente, o nordeste do Pará possui uma história particular em relação ao movimento sindical. De ocupação considerada antiga em relação ao sul e sudeste paraense, e por se constituir em via de acesso para outras regiões do Pará, sofreu influências de um campesinato consolidado e dos migrantes que por lá tiveram passagem ao longo de sua história. Organizações de produtores lá existiam desde a década de 1950, assim como foi nessa região que se deu a produção massiva de entidades oficiais na década de 1970. Os dados sugerem uma preocupação forte do Estado em estabelecer um controle imediato e efetivo sobre as representações trabalhistas na área. (GUERRA, 2009, p. 121-122).

Hoje no estado do Pará existem 144 Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, sendo apenas 1 (um) não é filiado a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Pará (FETAGRI-PA) e a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG). As federações são constituídas respectivamente por organizações sindicais de mesma categoria de trabalhadores a nível municipal e estadual, essas são de acordo com a Consolidação das Leis de Trabalho (CLT) chamadas de “Associações Sindicais de Grau Superior”, ou seja, aglomerados de sindicatos da mesma categoria que se organizam a nível regional e nacional.

A luta política de classes configura-se como um movimento de avanço e retrocesso para os trabalhadores/as. De um lado avança-se na organização coletiva de classe, o que possibilita maior reivindicação e ganhos de direitos e melhorias sociais, por outro, regride-se quando a Elite brasileira se apropria e manipula o Estado, através de suas diferentes frentes de poder, para transformar os sindicatos instrumentos de controle e interdição dos trabalhadores e das trabalhadoras.

SILENCIAMENTO E RESISTÊNCIA: MEMÓRIAS DO MOVIMENTO SINDICAL RURAL DE BRAGANÇA

No município de Bragança, o contexto de criação do STTR, até certo momento, é um eco dos fenômenos que se sucederam no Brasil no início do século XX. O STTR foi fundado em 22 de julho de 1972, mas somente foi reconhecido pelo Ministério do Trabalho e Previdência em 10 de janeiro de 1973, quando recebeu sua Carta Sindical de nº 300.464/1973. Nesse momento já era filiado à Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) e a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Pará (FETAGRI-PA) e anos depois passou a integrar a Central Única dos Trabalhadores (CUT).

O sindicato, apesar de ter autonomia no desenvolvimento de atividades e projetos, segue também as orientações advindas das demais estruturas ao qual é filiado, FETAGRI e CONTAG, extensões das representações sindicais, do Brasil, e do Pará, respectivamente.

A década de 1970, período de emergência dos sindicatos rurais pelo Brasil, foi marcado pela grande repressão imposta pelo então Governo Militar, cujo principal objetivo era exercer o controle sobre a classe dos trabalhadores rurais via sindicatos. Em Bragança é possível observar esses acontecimentos, por meio dos relatos dos ex-dirigentes B e A:

“Eu queria dizer para você que o sindicato dos trabalhadores rurais de todo o Brasil para chegar em Bragança, não foi diferente dos outros [...]. O governo militar diz: olha os trabalhadores rurais que são a maioria dos trabalhadores no Brasil como categoria, eles estão criando força, estão criando força e aí como é que vai ficar a nossa situação? Bora pensar alguma coisa para esse pessoal para calar a boca deles”, e uma das formas de calar a boca dos rurais foi criando os sindicatos [...], e aí foi criado os sindicatos por exemplo o de Bragança foi fundado no dia 22/07/72, oficial, mas quem era para ser eleito presidente, era alguém indicado pelo governo, que era para poder dar resposta para o governo e para a categoria no caso de rurais” (EX-DIRIGENTE B, 2022).

“O sindicato na época, o sindicato foi criado pelo governo, o governo do estado criou os sindicatos não para ajudar os trabalhadores, mas ser um cabide de emprego dos trabalhadores. A onde aqui é, aqui na frente né? De onde é a feira, era a casa (do sindicato) vieram o sindicato aí, mas aí tinha desde ambulância, mas era bancada pelo governo. Mas na época da votação aqueles agricultores tinham que votar no candidato do governo na época então a gente chamava um cabide eleitoral, né? [...] então tudo ele caminhava para esse lado e aí quando foi já no 1972 que foi fundado o sindicato, mas já foi nesse pensamento né?” (EX-DIRIGENTE A, 2022).

Nos trechos em destaque, extraídos das entrevistas com dois ex-presidentes do sindicato de Bragança, há o relato sobre a criação sindical e seu funcionamento. O STTR de Bragança estava exposto a um estado constante de censura, “era um cala boca” (Ex-DIRIGENTE B, 2022) da categoria que se organizava. Nesse período, o STTR de Bragança fornecia alguns benefícios assistenciais para os trabalhadores, em sua maioria atendimentos básicos de saúde financiados pelo FUNRURAL.

IMAGEM 1 – FOTO DA FACHADA DA PRIMEIRA SEDE DO STTR DE BRAGANÇA, PA



Fonte: Acervo do STTR, (ano desconhecido)

Na fotografia da fachada da primeira Sede do STTR de Bragança é possível ver dois elementos, o primeiro a bandeira do STTR com o lema da organização “Justiça, Trabalho e Amor”, em seguida uma placa com o texto “Temos convênio com o FUNRURAL”. Esses dois elementos presentes na imagem visibilizam o que falam dois ex-dirigentes sindicais, de um lado o sindicato atuava como um movimento social representado pela sua bandeira e seu grito de luta e do outro a materialização do projeto político de transformações dos sindicatos em postos assistencialistas, aparelhamento.

Estava nítido que o sistema capitalista, patriarcal, eurocêntrico e burguês se valia de estratégias que permitiam a conservação da colonialidade do poder.

A colonialidade é um sistema ou dispositivo de poder vigente nas Américas, tem como principal características a um divisão de todos os seres em categorias binárias hierarquicamente dispostas e inseparáveis umas das outras. Essa expressão “colonialidade do poder” designa um processo fundamental de estruturação do sistema-mundo moderno/colonial onde um dos principais traços teria sido a articulação da conhecida divisão internacional do trabalho à hierarquia étnico-racial, tanto nos lugares periféricos, quanto nos centros do mundo, tornando-a, assim, global (BOTTON, 2021, p 22-25).

Nesse sistema-mundo de colonialidade, as subjetividades, os modos de vida e os sentidos das experiências vivenciadas no interior do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais se mantêm colonizados. Dessa forma o processo de constituição do STTR de Bragança apresenta características que nos remetem ao processo que Elisabeth Souza-Lobo (2021) chama de homogeneização da categoria dos trabalhadores e trabalhadoras, ou seja, uma consequência direta da globalização. Nesse momento eram ignoradas quais quer formas de distinção entre um agricultor familiar e um pescador, entre um morador da zona urbana e rural, entre um homem agricultor e uma mulher agricultora, entre agricultores que desenvolvem suas atividades na Amazônia e outros no Cerrado.

A homogeneização das classes trabalhadoras traz consequências negativas para a organização social desse movimento. Há um impedimento que demandas específicas para os agricultores familiares que desenvolvem suas atividades na Amazônia bragantina, cujos processos de produção e as relações sociais se dão em um sistema distinto, sejam pensadas. As atividade agrícolas desenvolvidas nessa região da Amazônia são orientadas a partir de fatores ambientais e culturais locais, como por exemplo, clima, fases lunar, tipos de solo.

Stuart Hall (2020), fala que pensar a homogeneização das identidades nacionais como um apagamento ou unificação das mesmas pela globalização seria uma ideia demasiada simplista e unilateral. Hall (2020), propõe que a globalização em algum nível promove a supervalorização da alteridade das identidade, não havendo, portanto, uma unificação, mas uma nova articulação das identidades locais e a “global”. Shiva (2003) diz que a identidade considerada “global” não passa de uma identidade local ocidental, propagada pela colonização e perpetuada pela colonialidade.

Hall (2020) destaca ainda que o processo da globalização se dá de uma maneira desigual e não uniforme e por isso desencadeia fluxos e movimentos que ocasionam a criação

de cenários diferentes, em que as relações se dão de formas variadas e desequilibradas, algumas pessoas “comandam” e outras são “comandadas”. Uma outra consequência da globalização sobre as identidades é a criação de um desequilíbrio das relações de poder entre o ocidente e o “resto” do mundo (todo o sul global), mas decisivamente ambos passam pelo fenômeno da transformações das identidades de forma mútua, o que ocasiona uma influência dos sistemas locais de saber/fazer sobre os globais e cria-se, portanto, “novas” identidades globais e ao mesmo tempo locais (HALL, 2020).

As ideologias dominantes do mundo ocidental são propagadas constantemente pela violência da colonialidade, negando a sua existência ou, quando os reconhece é sob o prisma de “não desenvolvidos”, “exóticos”, “não civilizados”, ou “arcaicos” (SHIVA, 2003).

Apesar da representação sociopolítica negativa de homogeneização e desvalorização das identidades locais de agricultores e de agricultoras familiares é necessário destacar que esses indivíduos em meio aos processos de silenciamentos exprimem nos diferente lugares que ocupam, formas de resistência (PÊCHEUX, 1996). Para Orlandi (2007) onde há censura, silenciamento, há resistência. Nos sindicatos, as lutas de classe erigem-se como uma forma de reivindicar sua existência, criando uma sociedade de resistência, buscando melhores condições de vida e de trabalho, visando a garantia dos direitos fundamentais dos trabalhadores e trabalhadoras rurais.

Os primeiros presidentes do sindicato apresentavam características que refletem esse processo violento de homogeneização do trabalhador rural, foram indicados pelos governos da época, governador do estado do Pará Fernando Guilhon (1971-1985), membro do partido Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e o prefeito de Bragança, Antônio da Silva Pereira (1971-1974).

Os presidentes do STTR de Bragança, Parente (presidente entre 1972-1975) e João Alcantara (1976-1984), por não serem agricultores familiares, desempenhavam um papel de prestadores de serviço dos governos e conseqüentemente das elites da época, eram considerados *pelegos* e por isso seriam desqualificados para lutar pela categoria. O termo “pelego” é comumente empregado para referir-se a ideia de pessoa subserviente, capacho, designa aqueles que são agentes mais ou menos disfarçados do Ministério do Trabalho nos sindicatos operários (FERREIRA, 2009).

Esses presidentes por 12 anos estiveram à frente da organização sindical e durante todos esses anos não foram realizadas eleições sindicais, desarticulando a categoria dos trabalhadores rurais de Bragança. Os dirigentes indicados pelo governo atuavam como articuladores das demandas dos representantes governamentais e da burguesia e não havia trocas entre os associados, trabalhadores e trabalhadoras rurais com as lideranças sindicais, não realizavam o seu papel de serem agentes facilitadores do diálogo das demandas da categoria com o poder público.

No período de formação do sindicato, na décadas de 1970, foi reproduzido discursos que reforçavam a ideia de que a “excessiva diversidade” de formas de organização da agricultura familiar era um obstáculo ao seu desenvolvimento econômico e social (SCHNEIDER; CASSOL, 2014).

A categoria dos trabalhadores rurais vivia sob constante ameaça do processo de homogeneização das suas identidades, o que implicava em não considerar as múltiplas formas de existências da categoria dos trabalhadores rurais de Bragança, as quais experimentam distintas formas de opressão de classe, de raça, de gênero. Esse movimento é apontado por Souza-Lobo (2021) como a reprodução de um discurso sociológico limitado, em que a classe operária homogeneizada é vista como a “personificação do trabalho” em contraposição a classe burguesa é vista como a “personificação do capital”.

Essa relação cria um cenário excludente e incompleto, por isso Hall (2020, p. 15) explica que “não existe uma identidade singular, e que a classe trabalhadora não pode servir como um dispositivo discursivo ou uma categoria mobilizadora através da qual todos os variados interesses e todas as variadas identidades das pessoas possam ser representadas”, simplesmente por compartilharem os mesmo ofícios.

O que se percebe que na gênese do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Bragança é que se assumia um discurso contraditório, de unificação do trabalhador rural, mas disfarçado de exaltação à categoria, sendo este a própria materialização das ideologias dominantes (PÊCHEUX, 1996; AKOTIRENE, 2021).

Essa pesquisa observou a presença da violência propagada por meio da ideologia dominante, a qual não concebe a diversidade dos sistemas e formas de organização local. A lógica colonizadora se exprime por meio do próprio silenciamento da categoria, por um entrevistado, o Ex-dirigente B, “*era um cala boca*”. Para Orlandi (2007), podemos concluir

que o silenciamento, imposto aos trabalhadores pelo processo de aparelhamento ideológico no interior da organização sindical, seria o impedimento de o interlocutor de sustentar outros discursos (ORLANDI, 2007), um que seja construído a partir de suas próprias vivências.

Os sindicatos rurais que emergiam nessa fase tinham como princípio primeiro de evitar ou diminuir o acirramento dos conflitos entre os agricultores e o Estado, oferecendo alguns benefícios assistenciais, com vista a diminuir as tensões no meio rural, com isso foram sendo enraizados no sindicato o papel de meramente prestadores de serviços assistenciais e benefícios “não-coletivos” (OLSON, 2015), distanciando cada vez mais de seu objetivo, promover benefícios comuns para um grupo social.

As narrativas discursivas dos entrevistados apontam alguns dos benefícios que eram acessados nos primeiros anos da organização, entre eles destacam-se a distribuição de remédios por meio da Central de Medicamentos (CEME), a prestação de serviços odontológicos e solicitações de consultas em hospitais.

A partir dessas falas dos agricultores foi possível exprimir que os benefícios assistenciais oferecidos aos agricultores estavam vinculados ao FUNRURAL juntamente com o PRORURAL e dessa forma limitavam intencionalmente a ação do sindicato a esses serviços. Olson (2015) explica que o modelo de desenvolvimento de um sindicato tem pouco potencial para sobreviver, pela dificuldade para atrair novos membros, pois os benefícios concedidos geralmente são estendidos tanto para os que são sócios quanto os que não são. Não existe a possibilidade de excluir alguém de acessar os benefícios advindos das lutas sindicais, estes seriam o “*free rider*” (aproveitador, carona), o qual se beneficia dos resultados de um esforço conjunto, sem participar da ação coletiva, porque não pode ser excluído do usufruto do bem obtido. Olson (2015), diz:

Um trabalhador racional não irá contribuir voluntariamente para um (grande) sindicato que proveja uma benfeitoria coletiva, visto que ele sozinho não irá fortalecer perceptivelmente o sindicato e visto que iria desfrutar das vantagens das conquistas de qualquer sindicato tanto se o apoiasse quanto se não o fizesse (Olson, 2015, p. 102).

Uma das estratégias adotadas para atrair novos sócios para os sindicatos geralmente é por meio da concessão de alguns benefícios “não-coletivos”. O STTR de Bragança ainda está fortemente vinculado ao fornecimento de benefícios assistenciais, atualmente oferecem acesso

a tratamento dentário, desconto em consultas e exames em clínicas de saúde particulares. Essa alternativa visa estimular a participação dos membros. No entanto, essa estratégia não seja suficiente para estimular a adesão de novos membros e menos ainda sua permanência na organização (OLSON, 2015).

O que foi possível identificar na realidade local, do STTR Bragança, é que a vertente assistencial do sindicato tem sido, essencialmente, a garantia da sobrevivência da instituição, como um conjunto organizado, visto que as contribuições sindicais pagas pelos sócios compõem a maior parcela dos recursos necessários para manter a instituição e estes buscam a sindicalização para encaminhar solicitações de auxílios como o salário maternidade, aposentadoria, entre outros. No entanto o assistencialismo tem sido um dos motivos da categoria encontrar-se desarticulada ou acomodada, distanciando-os da luta de outras benfeitorias para a categoria. Conforme reflete Coletti (2019):

O assistencialismo transformou-se, assim, em poderoso instrumento de controle dos governantes sobre os sindicatos, permitindo a expansão do peleguismo no movimento sindical. Ou seja, por meio do assistencialismo, os sindicalistas, conscientes ou não do papel que lhes foi atribuído, muitas vezes transformavam-se em agentes dos interesses governamentais no movimento sindical (COLETTI, 2019, p. 146).

Um dos primeiros pontos que podem ser considerados avanços nas lutas dos trabalhadores rurais de Bragança, foi quando em 1984 ocorreu um movimento conhecido como “retomada do sindicato”. Retomada é definido no dicionário como o ato de reaver, recobrar, recuperar (FERREIRA, 2009, p.1751), porque o prefixo “re-”, no português sempre diz respeito a “tornar a”; “fazer novamente”; “ser novamente” (ALENCAR, 2022). Esse processo foi, portanto, o ato de tomar algo que foi tirado, ou seja, o processo de a retomada do sindicato foi um processo de conquista do STTR de Bragança como uma organização de luta dos trabalhadores e trabalhadoras rurais.

A retomada tinha objetivo de realizar a primeira eleição sindical, para escolha democrática dos dirigentes sindicais. Essa ação no STTR de Bragança é um processo de resistência das classes trabalhadora, pois conforme descreve Althusser (1996), essas conseguem encontrar meios e ocasiões nos Aparelhos Ideológicos de Estado um modo de exprimir suas demandas através de posições de combate na luta de classes. Os trabalhadores

rurais de Bragança se organizavam e se articulavam de diversas maneiras para realização da primeira eleição sindical, que aconteceria mais tarde, em 1985. Para isso o movimento teve o auxílio da Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE)⁵, que atuou nesse processo fortalecendo e auxiliando na mobilização do campo para criação das delegacias sindicais.

A criação das delegacias sindicais foi a primeira ação estratégica desenvolvida para retomar o sindicato. As delegacias sindicais são extensões do STTR nas bases, nas comunidades rurais do município de Bragança, na qual efetivamente concentram-se os agricultores e agricultoras sócios do STTR, aqueles que detém o poder de escolher seu futuro representante. Um outro ator que exerceu forte influência no período de retomada do sindicato foi Djacir Maranhão (1984), que era um sobrevivente da Guerrilha do Araguaia⁶, com seu histórico de lutas, mobilizou junto com a FASE as delegacias sindicais e a criação da oposição sindical:

“Aí apareceu aqui um cidadão por nome de Djacir Maranhão, e aí fundou essas oposições. Como ele era um cara intelectual, sabia muitas coisas dessa história de governo de “a” ou de “b”, de lei, ele foi contratado. Mas foi a história né? Deu o anzol para o bandido pescar, cê tá entendendo? O ex-presidente botou ele, que aí foi defender os agricultores que era de fato da categoria” (EX-DIRIGENTE B, 2022).

Em 1985 foram criadas as chapas, e com isso as oposições sindicais; de um lado tinha a chapa apoiada pelo governo e pelo ainda presidente João Alcantara, de outro lado a chapa apoiada pelos agricultores. A partir de estabelecidas as chapas, foi dado início ao processo eleitoral e os agricultores utilizaram todos os repertórios que conheciam na época para “reexistirem” a mais uma direção descompromissada com a categoria.

⁵ A FASE é uma organização não governamental, sem fins lucrativos, tem o compromisso de realizar um trabalho de organização e desenvolvimento local, comunitário e associativo. O golpe militar de 1964 fez com que atuasse na formação das oposições sindicais e dos movimentos comunitários de base. (Disponível em: <https://fase.org.br/pt/quem_somos/quem-somos/>.)

⁶ A guerrilha do Araguaia (1967-1975), foi um movimento político radical ocorrido na região sul e sudeste do estado do Pará, limitando-se com o norte do estado de Tocantins (a época estado de Goiás) e oeste do estado do Maranhão. Militantes do PCdoB (Partido Comunista do Brasil) e as Forças Armadas, sob a liderança do Exército, entram em combate pelo controle desta área estratégica (o Bico do Papagaio), num ambiente político caracterizado pela prevalência de um estado na sua modalidade ditatorial militar (1964-1985) (NASCIMENTO, 2000, p. 16).

“Então através disso quando foi em 1985 teve uma, uma, é uma eleição para troca de presidente do sindicato e foi aí que foi articulado todas as delegacias sindicais e aí foi tirado também uma, uma pessoa para encabeçar uma chapa, né? Que a gente estava colocando um cidadão chamado Súter Nunes Brasão. [...] Ele era um cidadão muito lutador que buscava discutir é coisas para levar para a comunidade, né? Então tinha uma briga muito grande numa fazenda e que queria tomar dos trabalhadores, eles entraram através de muita, muita discussão os trabalhadores conseguiram ganhar essa terra lá. Então esse cidadão ele vem, a gente encabeçou ele como presidente do sindicato” (EX-DIRIGENTE A, 2022).

Nas proximidades do mês em que ocorreriam as eleições do sindicato aconteceu a culminância do ato de conquista da organização sindical. Os agricultores mais mobilizados ocuparam a sede, em abril de 1985, por 30 dias, portando armas, espingardas e terçados. Percebeu-se que o movimento de retomada teve um caráter de guerrilha e tensão, muito influenciada por Djacir Maranhão pela sua trajetória de vida e lutas. O apoio velado de algumas organizações de representação do meio rural (FETAGRI e CONTAG) revela os medos e a censura na qual estavam submetidas.

A categoria que tentava mobilizar seus sócios a fim de promover uma participação mais ativa na organização, não conseguiu efetivamente ultrapassar as barreiras do problema da ação organizada, nem da dominação ideológica. Apesar do intenso trabalho de mobilização para a criação das delegacias sindicais, que foi também um meio de levar formações políticas e de lideranças nas bases, tem prevalecido a lógica do trabalhador racional e do comportamento do “free rider”, proposta por Olson (2015). Essas ações não têm se apresentado suficiente para que o sindicato supere o problema da ação coletiva, a sobrevivência como um conjunto organizado (FRIEDBERG, 1993).

O pensamento e as práticas coletivas estão na contramão da ideologia hegemônica capitalista, em que o individualismo e a competição estão na sua base. O STTR, enquanto um movimento social de resistência, atua cotidianamente no incentivo a cooperação entre seus membros. Desde a retomada, o STTR de Bragança assumiu uma estrutura organizacional cada vez mais formal e institucionalizada, mantendo-se alinhada a luta dos agricultores e agricultoras familiares de Bragança.

Durante os 50 anos de organização sindical dos trabalhadores rurais no município de Bragança já passaram pela presidência do STTR, 9 (nove) diferentes presidentes, os quais exerceram sua função de diferentes maneiras e de acordo com seu tempo histórico.

Atualmente, o STTR de Bragança é liderado por uma presidenta e uma vice-presidenta, as primeiras mulheres a assumirem os cargos em 50 anos.

O silenciamento da mulher rural foi ainda mais impetuoso, por anos a participação da mulher no movimento sindical rural de Bragança era apenas de dependente do marido, não era reconhecida como trabalhadora rural. Na atividade agrícola familiar as divisões das atividades, em geral, são feitas da seguinte forma: os homens assumem as posições de agricultor, chefe de estabelecimento e pai; às mulheres são atribuídas a maternidade, e assim o espaço doméstico e familiar é visto como seu principal local de atuação, geralmente são “excluídas” da atividade agrícola principal, apesar de em geral estarem vinculadas a elas na qualidade de “ajudantes” (BRUMER; ANJOS, 2008; PISCITELLI, 2009).

Carla Akotirene (2021) explica que a ordem patriarcal é responsável por modelar subjetividades femininas condicionando-as a tornar categoria mulher como universal e relegada a submissão ao homem. Beauvoir (1970) vai chamar a categoria mulher de “Outro”, pois é sempre vista como objeto do homem, impondo-lhes a dominação do masculino sobre o feminino, prevalecendo à obrigação de serem: obedientes filhas, boas esposas, mães compulsórias e cúmplices das violências praticadas contra elas (BORBA; FABRINI, 2016; AKOTIRENE, 2021).

A objetificação da mulher reflete no reconhecimento tardio delas como agricultoras e trabalhadoras rurais, e conseqüentemente tem uma inserção tardia na organização sindical. As discussões sobre lugares de gênero tornaram-se um pauta discutida atualmente no STTR de Bragança e assumiu o protagonismo nos movimentos de resistência do sindicato. Isso reflete as incansáveis mobilizações dos trabalhadores e trabalhadoras rurais para mudança de paradigma, de uma política do silenciamento para um movimento de resistência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O STTR de Bragança desde seu surgimento vivencia um intenso e estratégico processo de silenciamento, imposto através da censura. As classes burguesas do Brasil utilizam de sua posição de privilégio e encontraram um meio de materializar sua dominação sobre a classe trabalhadora do meio rural, através do aparelhamento dos sindicatos. Nesse local conseguem perpetuar um modelo de sociedade hierarquizado, que visa definir os lugares políticos e sociais de determinados sujeitos.

Os agricultores e as agricultoras familiares de Bragança sindicalizados, sofrem as consequências desse processo violento que opera silenciosamente no campo da ideologia. São marginalizados e por isso permanecem em constante posição de luta, reivindicando políticas públicas básicas para que assim possam assegurar a sua sobrevivência no meio rural, cada vez mais ameaçado pelo agronegócio. Os agricultores e agricultoras familiares com seus modos de vida tradicional, são prestadores de serviços essenciais para manutenção do equilíbrio ambiental, são eles os protetores das florestas, das águas, da terra, dos conhecimentos ancestrais e mantem a vida, através da produção de alimento.

Assim, encontram no movimento sindical rural de Bragança, apesar da intensa política de silenciamento, um meio de serem resistência. A resistência praticada pelo movimento sindical rural se dá sobretudo na forma de lutas ideológicas, no campo dos aparelhos ideológicos e repressivos do estado. Segundo Pêcheux (1980), este seria um confronto estratégico em um só mundo, no terreno de uma só língua, tendencialmente una e indivisível.

Dessa forma, os trabalhadores e trabalhadoras rurais, os quais são assujeitados pelas forças das ideologias dominantes, encontram na ação organizada, no STTR de Bragança, uma alternativa para juntos lutarem pela garantia de seus direitos, adotando estratégias e ações que possibilitam acessarem lugares de poder. Uma das estratégias assumidas por essa população é a institucionalização e burocratização do STTR, criam regras e normas para evitar que gestões não comprometidas com a categoria de classe trabalhadora assumam a organização. Nesse mesmo sentido, as mobilizações desenvolvidas pelo STTR também se renovam e a presença de mulheres nos cargos de liderança influenciam no protagonismo dos debates de gênero no espaço rural.

Com essa pesquisa espera-se visibilizar uma narrativa sobre a Amazônia, construída a partir de uma perspectiva dos que aqui vivem e sobrevivem, colocando os agricultores e agricultoras familiares como protagonistas dessa história. Destacou-se a importância desses atores na constituição do município de Bragança, evidenciando seus movimentos de resistências frente a inúmeras violências às quais foram e continuam sendo assujeitados.

REFERÊNCIAS

ADICHIE, Chimamanda. Ngozi. **O perigo de uma história única**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

ALENCAR, Larissa. Fontinele. **POÉTICAS DA “REXISTÊNCIA”**: escrituras indígenas de autoria de mulheres potiguara (BRASIL) e mapuche (CHILE). Universidade Federal do Pará, Programa de Pós-Graduação em Letras, Doutorado Em Estudos Literários. Tese, 2022.

ALVEZ, Eliseu; CONTINI, Elisio; HAINZELIN, Étienne. Transformações da agricultura brasileira e ‘pesquisa agropecuária. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, v. 22, n. 1, p. 37-51. 2005.

ALTHUSSER, Louis. Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado (Notas para uma investigação). In: ŽIŽEK, Slavoj. **Um mapa da ideologia**. Rio de Janeiro, RJ: Contraponto, 1996.

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro; Editora Jandaíra, 2021.

BERNANDINO-COSTA, Joaze. **Saberes Subalternos e Decolonialidade: os Sindicatos das Trabalhadoras Domésticas do Brasil**. Brasília: Editora Unb, 2015.

BOITO JÚNIOR, Armando. **O Sindicalismo na política brasileira**. Campinas: UNICAMP, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2005.

BOTTON, Viviane. Bagiotto. María Lugones: da colonialidade do poder à colonialidade de gênero. In: MARIM, Caroline; CASTRO, Susana. **Estudos em decolonialidade e gênero**. Rio de Janeiro: Ape’Ku, 2021.

BEAUVOIR, Simone. **O Segundo Sexo: fatos e mitos**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.

BORBA, Eder Ribeiro; FABRINI, João Edmilson. A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NA LUTA SINDICAL: o caso do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Francisco Beltrão/PR. **Revista Pegada**, v. 17 n. 2. 2016. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/view/4631/3578>. Acesso em: 10 jul. 2022.

BRUMER, Anita.; ANJOS, Gabriele. Gênero e reprodução social na agricultura familiar. **Revista NERA**, v. 11, n. 12. 2008. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera>. Acesso em: 3 out. 2021.

COLETTI, Claudinei. Os sindicatos de trabalhadores rurais no Brasil: origem e características fundamentais. **Revista de Direitos Fundamentais**, v. 1, n. 2. 2019.

COLAÇO, Thais Luzia; DAMÁZIO, Eloise da Silveira Petter. Novas Perspectivas para a Antropologia Jurídica na América Latina: o Direito e o Pensamento Decolonial. Florianópolis: **Fundação Boiteux**, 2012. Disponível em:

<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/99625/VDNovas-Perspectivas-FINAL-02-08-2012.pdf?sequence=1>. Acesso em: 7 jul. 2021.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa**. 4. ed. Curitiba: Positivo, 2009.

FRIEDBERG, Erhard. **O poder e a Regra: Dinâmica da Ação Organizada**. Instituto Piaget; Epistemologia e Sociedade, 1993.

FURQUIM, Carlos Henrique Brito. A Pesquisa Identitária e o Sujeito que Pesquisa. **Cadernos de Gênero e Diversidade**, v. 5, n. 1, p. 12-23. 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/cadgendiv/article/view/31914/18983>. Acesso em: 5 jun. 2022.

GUERRA, Gutemberg. Armando Diniz. Organizações rurais e camponesas no estado do Pará. In: FERNANDES, Bernardo. Mançano; MEDEIROS, Leonilde Servolo; PAULILO, Maria Ignez. **Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas: O campesinato como sujeito político nas décadas de 1950 a 1980**. São Paulo: Editora UNESP; Brasília: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio. Sociologia e natureza: classe, raça e sexos. In: ABREU, Alice Rangel de Paiva; HIRATA, Helena; LOMBARDI, Maria Rosa. **Gênero e Trabalho no Brasil e na França: Perspectivas interseccionais**. São Paulo: Boitempo, 2016.

HALL, Stuart. Identidade cultural na pós-modernidade. 12 ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2020.

HOOK, Bell. Amor como ato de liberdade. **Anãnsi: Revista de Filosofia**, Salvador, v. 2, n. 2. 2021.

MATTOS, Marcelo Badaró. Classes sociais e luta de classes: a atualidade de um debate conceitual. **Revista EmPauta**, n. 20, p. 33-55. 2007.

MELO, Iran Ferreira de. Análise do Discurso e Análise Crítica do Discurso: desdobramentos e intersecções. **Letra Magna**, n. 11, p. 1-18. 2009. Disponível em: http://www2.eca.usp.br/Ciencias.Linguagem/Melo_ADeACD.pdf. Acesso em: 26 jul. 2022.

NASCIMENTO, Durbens Martins. **A GERRILHA DO ARAGUAIA: Paulistas e militares na Amazônia**. Universidade Federal do Pará, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido. Mestrado Internacional em Planejamento do Desenvolvimento. Dissertação, 2000.

ORLANDI, Eni de Lourdes Puccinelli. **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos**. 6 ed. Campinas/SP: Editora Unicamp, 2007.

OLSON, Mancur. **A lógica da ação coletiva: os benefícios públicos e uma teoria dos grupos sociais**. Trad. Fábio Fernandez. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2015.

PÊCHEUX, Michel. O mecanismo do (des)conhecimento ideológico. In: ŽIŽEK, Slavoj. **Um mapa da ideologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996. 143-153 p.

PÊCHEUX, Michel. Delimitações, Inversões e Deslocamentos. **Caderno de Estudos Linguísticos**, v. 19, p. 7-24. 1990.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Editora Unicamp, 2016.

PISCITELLI, Adriana. Gênero: a história de um conceito. In: ALMEIDA, Heloisa Buarque de; SZWAKO, José. **Diferenças, igualdade**. São Paulo: Berlendis & Vertecchia, 2009.

REIS, João Emílio de Assis; BOER, Leonardo Caetano. O sindicato e seus delineamentos no direito do trabalho. **Manhuaçu: Pensar Acadêmico**, v. 16, n. 1, p. 49-63. 2018.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?**. 1 ed. Belo Horizonte: Letramento, 2017.

SANTILLI, Juliana. Agrobiodiversidade e direitos dos agricultores. São Paulo: **Peirópolis**, 2009.

SCHNEIDER, Sergio.; CASSOL, Abel. Diversidade e heterogeneidade da agricultura familiar no Brasil e algumas implicações para políticas públicas. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, v. 31, n. 2, p. 227-263. 2014.

SHIVA, Vandana. **Monoculturas da mente: perspectivas da biodiversidade e biotecnologia**. São Paulo: Gaia, 2003.

SOUZA-LOBO, Elisabeth. **A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência**. 3 ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, Editora Expressão Popular, 2021. 304 p.

VINUTO, Juliana. A AMOSTRAGEM EM BOLA DE NEVE NA PESQUISA QUALITATIVA: um debate em aberto. **Temáticas**, v. 22, n. 44, p. 203-220. 2014. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/tematicas/article/view/10977>. Acesso em: 8 ago. 2022.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. O Campesinato Brasileiro: uma história de resistência. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 52, p. 25-44. 2015.